



# DECOLONIALIDADES POSSÍVEIS: EPISTEMOLOGIAS, TEORIAS, EXPERIÊNCIAS

 10.5935/2177-6644.20220001


POSSIBLE DECOLONIALITIES:  
EPISTEMOLOGIES, THEORIES,  
EXPERIENCES

DECOLONIALIDADES POSIBLES:  
EPISTEMOLOGÍAS, TEORÍAS,  
EXPERIENCIAS

**Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho \***

 <https://orcid.org/0000-0002-4827-9480>


**Flávio José Dalazona \*\***


 <https://orcid.org/0000-0002-7066-5230>

[...] a perspectiva eurocêntrica distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social, enquanto leva, ao mesmo tempo, a admiti-la como verdadeira [...]. Dessa maneira, a colonialidade do poder faz da América Latina um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento e nossa memória histórica. Não é surpreendente, por isso, que nossa história não tenha podido ter um movimento autônomo e coerente, e mais exatamente tenha se configurado como um longo e tortuoso labirinto em que nossos problemas não resolvidos nos habitam como fantasmas históricos. E não se poderia reconhecer e entender esse labirinto, ou seja, debater nossa história e identificar nossos problemas, se não se conseguisse primeiro identificar nossos fantasmas, convocá-los e contender com eles (QUIJANO, 2005, p. 15).

Sempre provocativo, Aníbal Quijano nos convida a contendermos com nossos fantasmas. A trajetória histórica da América Latina é marcada por inúmeros. Há, na empreitada por identificar, convocar e brigar com essas aparições que nos perseguem, um sentido empírico, ético: o de aproximar nossas produções, nossas pesquisas, nossos estudos, com a prática social e humana, ao tomarmos posição nos combates em que nos encontramos inseridos/as. E nos colocamos em combate, ainda mais por considerarmos alguns fantasmas bem vivos e muito reais que estão nos aguçando, como as violências produzidas pelo neofascismo e pela racionalidade imperativa do neoliberalismo que invade todos os aspectos de nossas existências.

Também, no bojo das lutas possíveis, reconhecemos que a “geopolítica da produção de conhecimento, especialmente em relação à formulação de modelos teóricos” (PEREIRA, 2018, p.90)

\* Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).  <http://lattes.cnpq.br/9847235210652916> - E-mail: [marcelodribas@gmail.com](mailto:marcelodribas@gmail.com).

\* Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO, Campus Irati).  <http://lattes.cnpq.br/2861035941434338> - E-mail: [flaviodalazona@gmail.com](mailto:flaviodalazona@gmail.com).

implicou na universalidade de algumas concepções vindas, principalmente, do norte global. Essa relação com a dominação imperialista nos direcionou a assimilarmos *a priori* modelos que condicionaram a atividade intelectual e científica e o próprio *ethos* da intelectualidade moderna, que seria o homem/branco/europeu.

A própria História, enquanto ciência, foi gestada no século XIX, sob o modelo cartesiano que inspirou o Iluminismo francês. *A posteriori* desse quadro, tanto o historicismo alemão, quanto a escola metódica francesa (dita positivista), assentaram tal universalismo. Sob esses termos, é preciso ressaltar que

O projeto de provincializar a ‘Europa’, por isto, não pode ser um projeto de ‘relativismo cultural’. [...] Não se trata de mostrar que o racionalismo da Ilustração sempre é irracional em si mesmo, e sim de documentar como – mediante quais processos históricos sua ‘razão’, que nem sempre foi evidente para todos, tem sido apresentada de maneira que se vê como ‘óbvia’ para além dos terrenos em que se originou. Se uma língua, como se diz, não é nada mais do que um dialeto respaldado por um exército, o mesmo poderia se dizer das narrações da ‘modernidade’ que, atualmente, quase de maneira universal, assinalam uma certa ‘Europa’ como o habitat primário do moderno (CHAKRABARTY, 2021, p. 124).

A ausência de autores e autoras que não pertencem ao Ocidente e ao norte global, entre os canonizados, diz muito sobre a estrutura disciplinar das ciências que se organizaram, pelo menos, desde o século XVIII. Somos condicionados a aceitar essa institucionalização do cânone europeu ou estadunidense sem mesmo questionar a ausência de outros corpos/sujeitos que igualmente produzem reflexão teórica. Isso nos leva a pensar que “o sujeito anti-histórico, anti-moderno, não pode falar como ‘teoria’ dentro dos procedimentos de conhecimento da universidade, inclusive quando estes procedimentos de conhecimento reconhecem e ‘documentam’ sua existência” (CHAKRABARTY, 2021, p. 122), o que reflete no caráter colonial de nossas estruturas acadêmicas. Por isso há a defesa de que se é preciso conceber a produção do conhecimento a partir de uma radicalidade do seu lugar social de produção.

As teorias decoloniais apresentam-se, assim, como um importante repertório crítico para pensarmos tais premissas. Destacamos, aqui, dois grupos/movimentos importantes para essa leitura. O primeiro é o *Subaltern Studies*, grupo de intelectuais indianos da década de 1970 que buscavam pensar um discurso contra hegemônico ao ocidentalismo. Já o segundo movimento, é denominado Modernidade/Colonialidade, formado, em grande parte, por autores e autoras latino-americanos que buscavam pensar as rupturas epistemológicas desencadeadas como resposta à colonialidade do saber, bem como renovar a possibilidade de radicalização do argumento pós-colonial por meio da noção de “giro decolonial”.

Desde pelo menos o final da década de 1990, então, tem aparecido reflexões e publicações

de pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos ou latino-americanistas em torno da “decolonialidade”. Tais estudos se propuseram em esmiuçar a complexidade das relações entre modernidade e a colonialidade: compreenderam, por exemplo, que a dimensão eurocêntrica/colonial se ocupou da prática de produção do conhecimento e de discursos considerados verdadeiros. Esses discursos produziram efeitos/experiências aos grupos subalternizados a partir de modelos de poder que naturalizaram a hierarquias culturais e epistêmicas, onde a modernidade eurocêntrica impôs e sobrepôs a visão da vida humana, a partir de suas próprias noções, sobre outras sociedades não europeias.

Uma leitura geopolítica da produção epistêmica, a partir do sul global, se tornou uma “virada”, uma “opção”. A ruptura crítica com a colonialidade pressupõe uma desconstrução epistêmica da modernidade, concebida como fruto do colonialismo iniciado com a “descoberta” das Américas, que tão logo instituiu a diferença entre o colonizador e o colonizado. Aí a importância de se apontar para uma releitura dessa experiência histórica do colonialismo e todas as implicações que ele ainda apresenta:

A diferença colonial é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (MIGNOLO, 2003, p. 10).

Não há como se pensar em modernidade sem considerar tal processo. Ramón Grosfoguel (2016) apresenta, nessa esteira, um quadro daquilo que ele chama de “genocídios epistêmicos”, o que segundo o autor, está no centro da modernidade. O choque entre o povo europeu e as mais diversas civilizações ocasionou um extermínio físico, mas também de visões de mundo. Para ele, todo esse extermínio, ocasionado pela expansão europeia desde o início do colonialismo, advém da própria estrutura do pensamento Ocidental:

O que conecta o ‘conquisto, logo existo’ (*Ego conquiro*) com o idolátrico ‘penso, logo existo’ (*Ego cogito*) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo ‘extermínio, logo existo’ (*Ego extermino*). É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o ‘conquisto’ e o racismo/sexismo epistêmico do ‘penso’ como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial. O *Ego extermino* é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o *Ego conquiro* e o *Ego cogito*. Em seguida, se sustentará que os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI são as condições da possibilidade sócio-histórica para a transformação do ‘conquisto, logo existo’ no racismo/sexismo epistêmico do ‘penso, logo existo’ (GROSGOUEL, 2016, p. 31).

Pode-se dizer que todo o desenvolvimento social europeu (depois incorporado pelo

imperialismo estadunidense) foi legatário de séculos de colonialismo, expropriando e exterminando povos nativos. Assim, essa dimensão colonial atravessa as mais diversas instâncias do ser social na tríade que podemos identificar como colonialidade do *Poder*, do *Saber* e do *Ser*.

Precisamos arrazoar as construções/desconstruções que envolvem as formas subalternas de conhecimento, e as implicações da “tempestade colonial” sobre os saberes de origem africana, ameríndios, e tantos outros. Esse choque de cosmovisões implica evidenciarmos na cena histórica aquilo que Walter Mignolo (2003) chamou de “gnose liminar”. O pensamento liminar remete a uma ruptura epistemológica, tangenciando a discussão em torno da subalternidade epistemológica. Pensar a diferença colonial supramencionada, segundo ele, implica justamente em rever essa dimensão da colonialidade do saber, do poder e do ser, no sentido de abrir caminhos para compreender uma nova experiência para os povos que se colocam nas margens da geopolítica do poder.

Diferentes disciplinas têm privilegiado as abordagens que analisam a diversidade do conhecimento e dos saberes, considerando os múltiplos processos que foram engendrados a partir da ocupação colonial e das colonialidades que ainda se perpetuam. No presente dossiê recebemos contribuições de orientação teórica/metateórica e historiográficas, estudos empíricos, pesquisas que contemplam diferentes práticas, leituras, fontes, localizando e explicitando fenômenos culturais, políticos, raciais, de gênero, artísticos etc. Tratam-se de 12 artigos que, de algum modo, ajudam a reconhecer a importância de produções de variadas matrizes teórico-metodológicas, que sopesam locais de enunciação diversificados, que assumem a pluralidade, que reconhecem os longos processos de subalternização, que destacam os conhecimentos locais, que admitem reformulações intelectuais, com o objetivo de refletir acerca dos desafios decoloniais.

Em *Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: perspectivas teóricas e históricas*, Maira Damasceno, Gabriel Chaves e Dorvalino Refej Cardoso, apresentam uma síntese bibliográfica em que ressaltam a trajetória de alguns intelectuais que contribuíram para os estudos pós-coloniais e decoloniais. O texto vai de Cesáire e Fanon à potência intelectual da brasileira Lélia Gonzalez.

Na sequência, Leonardo Henrique Brandão Monteiros, com *Diálogos teóricos entre escolas de pensamento de pensamento crítico: breves reflexões sobre a formação cultural brasileira*, defende a necessidade de que se considerem as configurações sociais locais, no caso, a formação cultural brasileira, para se ler determinados conceitos que visam, de forma crítica, a libertação e emancipação.

Por que não vimos brasileiras/brasileiros figurando no grupo Modernidade e Colonialidade?

Talvez a própria posição do Brasil em relação à América Latina explique? José Jailton Camargo e Maria Sueli Ribeiro, recuperam uma obra publicada originalmente em 1905, por Manoel Bonfim, para aproximar as ideias do autor brasileiro (entre elas, a da crítica ao racismo) às noções posteriormente apontadas pelo movimento intelectual latino-americano. O texto leva o título *Manoel Bonfim e a superação do colonialismo na América Latina*.

Pensar os conceitos que envolvem modernidade e eurocentrismo também esteve entre as propostas de Carlos Eduardo da Silva e Heleno Szerwinsk de Mendonça Rocha, em *Decolonialidades, subalternidades e modernidades: a costura da estética terceiro-mundista na episteme criativa das artes e das humanidades em Koellreutter*. Os autores apontam para uma mudança de sentido ao realocar termos e práticas tidos como absolutos e tradicionais, que colonizaram a educação, a criação artístico-musical e a estética moderna, de forma geral.

Entre as artes, a literatura aparece como fonte de pesquisa histórica. É o caso de *Análise dos impactos culturais, identitários e sociais do colonialismo nas representações dos papéis masculinos e femininos no romance “As alegrias da maternidade”*, escrito a quatro mãos por Luiz Gabriel da Silva e Mariana Schulmeister Kuhn. Nesse caso, o autor e a autora se debruçaram sobre a construção da identidade das personagens de Buchi Emecheta e os papéis sociais na Nigéria colonial.

A partir de dois contos de João Melo, Cristina Ferreira de Assis apresenta experiências diversificadas do colonialismo e da colonialidade em Angola. Sob o título *Experiências do colonialismo em Filhos da Pátria na perspectiva decolonial*, a autora reforça como o diálogo entre História e Literatura possibilita compreender as manifestações políticas em temas que atravessam a narrativa, como nacionalismo, identidade e modernidade.

Nessa esteira, em *Quem tem direito de falar sobre a vida dos negros? Uma reflexão decolonial sobre o uso da autobiografia “Meus Verdes Anos” de José Lins do Rego como fonte na pesquisa histórica*, Juscelino Barros da Silva Filho buscou situar a obra do literato brasileiro frente às regras de produção do conhecimento ocidental, em especial, ao modo com que a historiografia aparece como um saber colonizado.

Ao entrevistar professoras que atuam no ensino médio público de Minas Gerais, Mariana Corradi Bruno evidenciou que questões interseccionais, como raça e gênero, influenciaram e influenciam a autoridade docente. *Autoridade docente: uma questão sobre gênero e raça* remonta um aspecto central: classe, gênero, raça, etnia, sexualidade, foram e são categorias de seleção, classificação e exclusão. Assim, trata-se de trazer ao debate as formas de deslegitimar a voz, o

discurso, de alguns, enquanto legítima, e autoriza, facilmente o discurso de outros.

Em *A Língua Portuguesa na matriz de referência da redação do ENEM: uma análise decolonial sobre a competência 1*, Renato de Oliveira Dering analisa como a matriz de referência da redação do Exame Nacional do Ensino Médio aparece como uma maneira de dominação das formas de expressão dos sujeitos, ou seja, trata-se de reconhecer que a língua aparece como uma das formas de manutenção da colonialidade.

Como o saber produzido pelas ciências da religião se deram sobre os fenômenos religiosos do sul global? Como os universalismos, racionalismos, promoveram um certo apagamento de noções sobre os indivíduos e suas identidades, bem como suas percepções sobre a natureza, a história e o cosmos? Flávia Ribeiro Amaro, em *Um giro epistemológico nos estudos sobre religião: a decolonialidade do sagrado* aponta para as problemáticas epistemológicas que envolvem os estudos da religião e considera a demanda por abordagens distintas.

Janaína Amorin da Silva e Odair Souza, em *As performances multidimensionais de resistência do Coletivo Ação Zumbi*, nos apresentam como um grupo que realizou e realiza múltiplas performances artísticas buscou e busca fazer despontar memórias contra hegemônicas de origem afro-brasileira nas cidades da Grande Florianópolis.

Por fim, em *Objeto de estudo ou sujeito de diálogo? A epistemologia favela-pesquisador*, Guilherme Rocha Formicki busca desconstruir a relação epistemológica entre o “outro” da favela e o “eu” pesquisador. A partir de uma mistura de itinerário pessoal e experiência de pesquisa, o autor coloca em seu estilo narrativo o efeito que quer produzir: discutir a separação entre sujeito e objeto.

Complementam a edição dois artigos livres, um ensaio, um projeto de pesquisa, uma resenha e uma entrevista. Ótima leitura a todos e todas!

## Referências

CHAKRABARTY, Dipesh. A pós-colonialidade e o artifício da história: quem fala em nome dos passados "indianos"?. **Politeia: História & Sociedade**, v. 19, n. 02, 2021, p. 104-130.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade & Estado**, v. 31, n. 01, 2016, p. 25-49.

MIGNOLO, Walter. 2003. **Histórias Locais/ Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Humanitas, 2003.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo & Argumento**, v. 10, n. 24, 2018, p. 88-114.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, 2005, p. 9-31.

*Recebido em: 18 de abril 2022.*

*Aprovado em: 27 de abril de 2022.*